DESIGUALDADE: *fermento de conflitos*

Entrevista / Marcelo Neri
Marcos Hecksher

Jornal do Commercio (Economia)- Dom 23 e Seg 24 de setembro de 2001

A desigualdade catalisa os conflitos, segundo o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do Ibre/FGV. De acordo com ele, os ataques terroristas aos Estados Unidos mostram que parte do mundo sente-se deixada de lado. Neri considera a declaração de guerra a um país pobre uma "resposta burra", capaz de desencadear mais violência.

O economista aponta duas alternativas aos Estados Unidos: atribuir os atentados somente à loucura ou passar a lidar com os problemas dos países emergentes de forma diferente. Tributar com a taxa Tobim o movimento de capital de curto prazo para criar um fundo de erradicação mundial da pobreza é a primeira sugestão.

A segunda é a adoção de metas sociais internacionais, idéia que também propõe ao Brasil, terceiro país mais desigual do planeta. O economista acredita porém, que só uma perspectiva ameaçadora pode levar a elite brasileira a sair da inércia para combater a miséria que, em suas palavras, "pode tornar o Brasil uma Colômbia".

Erradicar a miséria que atinge 50 milhões de indigentes brasileiros depende, segundo Neri, de políticas de foco preciso e apenas 18,8% do orçamento social já disponível nas esferas de Governo. A solução, porém, não é simples. Num país em que a elite não se considera rica, falar em distribuição de renda é mexer em vespeiro. "Essa elite somos nós, os leitores de jornal" – alerta o economista.

O conflito que se anuncia, decorrente dos ataques terroristas nos EUA, torna mais difícil o combate à miséria no Brasil e em outros países marcados por profundas desigualdades?

Marcelo Neri – Tudo depende das reações dos governos. Os recentes atentados mostram que parte do mundo sente-se deixada de lado. O problema de comunicação é global. A chamada taxa Tobin pode ser adotada, tributando o movimento do capital de curto prazo para gerar recursos em um fundo de erradicação mundial da pobreza.

As metas sociais podem se aplicar nacional e internacionalmente, nos acordos do Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, os recentes atentados podem levar os Estados Unidos a uma resposta burra, ou seja, declarar guerra a um país pobre. Isso só contribuiria para uma espiral de ascensão bélica. Os EUA podem simplesmente dizer que esses terroristas são loucos ou lidar com os problemas de países emergentes de forma diferente do receituário tradicional.

A globalização da economia favoreceu a concentração de riqueza?

O modelo de economia globalizada é muito eficiente para gerar riqueza e aumentar o bolo, mas a desigualdade pode estar aumentando e, com ela, os conflitos. Existem raízes além da loucura que levam ao terrorismo, como uma certa revolta contra a ordem mundial.

A situação dos que já eram pobres antes da globalização piorou?

Os mais pobres dos pobres já não tinham nada antes desse processo e também não perderam. Para tirar a miséria absoluta alguém, que geralmente tem baixa ou nenhuma escolarização, é preciso dar recursos. Já os perdedores da globalização – que não são os mais pobres, mas os mais afetados – só precisam de empréstimo para sair da pobreza, o que significa menores restrições orçamentárias.

No caso brasileiro, o senhor diz que é possível acabar com a miséria usando apenas 18,8% do orçamento social das três esferas do Governo. Como se faz isso?

Esse é um número de referência para programas que fossem perfeitamente focados e sem custo de execução. Os programas sociais no Brasil são tradicionalmente muito mal focados. A maioria das políticas não mira os pobres. Aquelas que miram não acertam os pobres e aquelas que acertam não provocam mudanças sustentáveis. Se todos recebessem R$80 (limite da linha de indigência) a miséria não acabaria, mas aliviaria.

Não estamos propondo uma grande campanha, como aquela feita pelo Betinho uns anos atrás, mas há um grande número de pobres convivendo lado a lado com recursos mais do que suficientes para erradicar o problema. As políticas sociais brasileiras são muito míopes e visam ao curto prazo. Nós, na FGV, propomos metas seguindo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas Nações Unidas, que inclui parcelas de educação, saúde e renda.

É uma sistemática análoga às metas de inflação e fiscal para a questão social, que vem sendo relegada a segundo plano. Não é uma questão menos nobre nem mais difícil de resolver. Só que os desafios precisam ser lançados. A sociedade brasileira carece de uma direção.

O Governo mantém os juros altos também para conter o consumo e, com isso, a inflação. Se todo mundo tiver dinheiro para comprar carne não dispara e uma meta não compromete a outra?

Pode haver até conflitos entre as metas. Se tivermos um só objetivo, é mais fácil atingi-lo do que se houver dois objetivos simultâneos. Acho que a sociedade não tem só aspiração de estabilidade. Existem aspirações sociais legítimas que devem ser levadas em conta.

O Governo mantém juros altos para conter o consumo, mas principalmente para atrair capitais de fora. As metas sociais podem até afugentar o capital de curto prazo de que o País depende muito. Instituições e organismos que vêm ao País tirar proveito dos juros altos talvez queiram até juros mais altos se houver metas sociais.

Por outro lado, as metas podem atrair investimento de longo prazo, de sócios efetivos do País. Não existe indicador mais importante para uma transnacional moderna do que o nível de educação, que representa mão-de-obra qualificada, mercado forte no futuro, menos violência e menor instabilidade políticas.

Seria preciso dar preferência a um das metas?

As metas macroeconômicas são formas de comunicar aos mercados, que são implacáveis mesmo. São necessárias, só que é fundamental investir no capital humano. O cidadão comum está carente de diálogo com os Governos. Não se pode incorrer no risco de olhar só para o mercado. No Brasil, é comum pensar-se na questão social vindo a reboque.

O discurso de defesa das reformas é: "Primeiro você estabiliza, ajeita a parte fiscal. Vai haver um sacrifício, mas o País vai crescer e o dinheiro vai cair na cabeça os pobres". A reforma da Previdência pode liberar recursos para educação e saúde, mas o investimento é que vai fazer o País crescer, mais do que as reformas.

Ter metas sociais e a restrição orçamentária percebida pela população auxilia a defesa de focos de ação. Torna as mudanças alocativas mais palatáveis. O problema das reformas e curso é que são fatiadas. Atacam interesses concentrados e bem defendidos, mas geram benefícios difusos. Assim, a resistência política é maior que se as reformas fossem feitas em bloco.

O inativo do setor público e quem perdeu o emprego com as privatizações poderiam ser compensados por um mesmo programa de crédito. É algo de fácil execução para um novo Governo, em início de mandato.

Então, a abolição da miséria depende, assim como no fim da escravatura, de uma decisão burocrática de atores sociais não submetidos a ela. Quais as vantagens e desvantagens dessa

decisão para os incluídos?
A elite brasileira – que somos nós, os leitores de jornal – só atenta para o problema quando afetada. Já está sendo afetada pela violência. Países mais igualitários também crescem mais e têm instituições políticas mais estáveis. A desvantagem de acabar com a desigualdade é que uns não vão ganhar tanto quanto ganham hoje.

O Brasil é recordista, só perde para África do Sul e Honduras, países muito menores. Todo mundo é contra desigualdade, uma espécie de Geni em que todos jogam pedra. Só que a elite dorme com a Geni todas as noites. Fomos o último país do mundo ocidental a abolir a escravatura, o que reflete um aspecto cultural de inércia da sociedade brasileira.

Pesa muito a questão de direitos adquiridos. O Governo quer isonomia entre ativos e inativos do setor público – o que considero razoável – mas as pessoas defendem direitos adquiridos. Por essa lógica, não seria abolida a escravatura, pois foi preciso romper contratos.

Caetano Veloso fez essa analogia a partir de Joaquim Nabuco. Olhar o século 19 revela muito de nossa inércia social. Não acho que a revolução e as rupturas de contrato sejam o melhor caminho para a melhora, mas é preciso tomar cuidado. O Brasil pode tornar-se uma Colômbia.

Dentre os pré-candidatos à presidência, quem seria o melhor para a tarefa de acabar com a pobreza?
Não sei. Ou até sei (risos), mas gosto de ter uma posição independente para apontar o que considero certo e errado nas propostas dos Governos. Há boas ações do Governo federal, mas também falta muita coisa assim como falta realismo econômico nos partidos de oposição. Meu candidato ideal seria um Sulan, mistura de Suplicy com Malan. Alguém que tenha o compromisso com a área social do Suplicy, embora eu não compartilhe todas as suas idéias, e tenha a seriedade e a competência do Malan, que não é insensível à área social.

A erradicação da miséria passa também por outras bandeiras conhecidas como reformas agrária e urbana?
Eu acho que sim. A reforma agrária não é barata, pois não basta dar terra. O pobre rural deve ser e já é prioridade dos programas sociais, mas me preocupam muito os pobres urbanos. O período recente afetou muito os grandes centros. Não é à toa que vemos ondas de violência recorrentes.

Nas áreas metropolitanas, é preciso abrir um mecanismo de microcrédito para, por exemplo, quem perdeu emprego na indústria porque a economia foi aberta. O pobre urbano está temporariamente pobre e precisa de mecanismos de seguro. Não há muitos programas para as áreas urbanas, apesar de serem mais baratos. Grande parte dos pobres urbanos vive em áreas que não são suas. Precisam de regularização fundiária, que pode ser financiada. O sistema de crédito no Brasil é ao consumidor, de curto prazo e para o pessoal de alta renda. É preciso um sistema de crédito popular, de prazo mais longo e para o produtor.

Que outras ações permitiriam acertar o alvo?
Apoio aos pequenos produtores, o que inclui comercialização, assistência técnica, cooperativação e microcrédito. Maior investimento nas crianças, com merenda escolar e livro didático. Em termos etários, o grande depositário de pobres no Brasil são as crianças, o futuro do País. Só que criança não vota.

Considerando-se só as crianças (46% delas são indigentes), enquanto a taxa de indigência em toda a sociedade é de 29%. O Bolsa-escola do Governo Federal dá uma bolsa de R$15 para até três crianças por domicílio. É uma ação muito boa, mas deve-se aumentar a mesada das crianças.

Citaria também algo pouco simpático, principalmente ao público carioca: reforma da Previdência. É preciso tirar fundos de outros lugares. O número de pessoas com ensino superior no Brasil é muito pequeno apesar da universidade pública gratuita. A pesquisa tem que ser subsidiada mas, no ensino, deve entrar o crédito, pois é algo que tem retorno para a pessoa, não só para a sociedade. Outro setor onde o mecanismo de crédito deve ser aperfeiçoado é o da habitação.

Qual o peso do desemprego sobre a miséria?
Se o desemprego baixar a zero, a pobreza vai diminuir muito pouco, próximo a 10%. Mais da metade dos pobres brasileiros está em famílias chefiadas por trabalhadores informais. Não são desempregados, são trabalhadores precários. É fundamental investir nessas pessoas com subsídios, mas elas normalmente não são contempladas.

Conheço a experiência do Crediamigo, do Banco do Nordeste. Eles têm uma taxa de juros de 4% ao mês, que não é baixa, mas a inadimplência é de 2%. Existe uma economia subterrânea no Brasil com uma riqueza muito grande. Ela é pobre de políticas e atenção. O fato de o Projeto Alvorada, que ataca problemas estruturais, começar pelos municípios mais pobres é um avanço. Só que o povão não sabe disso. O povão quer salário-mínimo, mas Bolsa Escolar é muito melhor que salário-mínimo. O pobre não é o aposentado da Previdência. O desassistido de política social é a criança.

Seriam suprimidos benefícios de quem está pouco acima da linha de miséria ou a distribuição incluiria os ricos?
É difícil tirar dinheiro desse pessoal, que deve ser um alvo, mas não um alvo ingênuo. Sobretaxar as grandes rendas como propõe Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), não funciona nas economias de mercado. Isso estimularia a fuga de capital e de cérebros, além da sonegação. Outra proposta ingênua é a gorjeta tributária sugerida pelo Instituto da Cidadania.

O principal é deixar de transferir riqueza ao falso pobre. Aqueles que auferem benefício previdenciário sem terem contribuído à altura, como o funcionário público inativo, perderiam. A isenção do inativo rural, entretanto, deve ser mantida. É um benefício destinado ao verdadeiro pobre.